



Índice

- 01** [Aumento de invasões indígenas leva fazendeiros a se reunirem na Famasul](#)
- 02** [MPF apura circunstâncias de acidente que matou três índios no começo da semana:
procuradora visita local da tragédia nesta sexta](#)
- 03** [Julgamento decisivo para Terras Indígenas acontece na próxima quarta, no STF](#)
- 04** [NL: MP-PR faz exposição para indígenas sobre corrupção](#)
- 05** [Carta final da II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Solidário e
Sustentável – Brasília/DF](#)
- 06** [Brasília recebe fórum de povos indígenas](#)
- 07** [Quilombolas incrementam produção de açaí](#)
- 08** [Indígenas dizem que passam fome em Campos Novos](#)
- 09** [Nota do Ministério Público Federal no Estado do Acre à sociedade](#)
- 10** [Indígenas passam a integrar quadro de instrutores do Senar/MS](#)
- 11** [Tradição e conhecimento medicinal indígena são tema de reunião da UEA](#)
- 12** [Índios do Acre participam da IX Feira Krahô de Sementes Tradicionais](#)
- 13** [América Latina: 23,5 milhões de mulheres indígenas são afetadas por desigualdades
étnicas e de gênero](#)
- 14** [Índios do Oiapoque recebem capacitação em conservação de acervos](#)



Boletim de Notícias - Edição nº 191/ 2013

Brasília, 21 de outubro de 2013.

-
- 15** [Quilombolas e indígenas reivindicam adaptação de Cadastro Ambiental Rural à sua realidade](#)
 - 16** [Procurador acusa governo de descaso com índios cinta larga](#)
 - 17** [Ação do MPF garante retomada da demarcação de terras indígenas em Palmeira](#)

Aumento de invasões indígenas leva fazendeiros a se reunirem na Famasul

SÍTIO JL NEWS, 18.10.2013



Após o acordo firmado em junho deste ano entre lideranças indígenas, produtores rurais, Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 15 novas fazendas foram tomadas pelos nativos em Mato Grosso do Sul. Neste último mês, o número de invasões tornou a aumentar, chamando a atenção dos órgãos competentes para que o acordo seja refeito.

O mais novo registro de invasão de terras agrárias ocorreu nesta quinta-feira (17), no Sítio São Marcos, em Iguatemi. Conforme as informações, 15 indígenas da etnia Guarani-Kaiowá estão acampados na propriedade e exigem a presença de representantes da Funai. Os nativos estariam portando armas brancas, no grupo há duas crianças, além de mulheres e idosos.

Dados da Federação da Agricultura e Pecuária de MS (Sistema Famasul) informam que esta é a 71ª fazenda invadida no estado. Nesta sexta-feira (18), dirigentes da Federação e fazendeiros de Iguatemi, Miranda e outras localidades que enfrentam o mesmo problema deverão se reunir para debater a causa e encontrar uma solução pacífica.



Boletim de Notícias - Edição nº 191/ 2013

Brasília, 21 de outubro de 2013.

MPF apura circunstâncias de acidente que matou três índios no começo da semana: procuradora visita local da tragédia nesta sexta
SÍTIO REDE TOCANTIS DE NOTÍCIAS, 18.10.2013

MPF investiga circunstâncias de acidente que matou três índios no começo da semana: procuradora visita local da tragédia nesta sexta



MPF investiga as circunstâncias do acidente que matou três índios no começo da semana

O Ministério Público Federal (MPF) no Tocantins, através da Procuradoria da República em Araguaína, apura as circunstâncias do acidente que matou três índios na noite da última segunda-feira, 14, na BR-010, entre as cidades de Barra do Ouro e Itacajá. Os indígenas iam participar da 9ª Feira Krahô de Sementes Tradicionais, em Itacajá. O grupo envolvido na tragédia mora na Aldeia Nova, em Goiatins.

A procuradora da República Aldirla Albuquerque considerou grave a acusação de que o motorista do veículo, Gilvan Alves da Silva, de 33 anos, que se apresentou à polícia na quarta-feira, 16, estava em alta velocidade do veículo e embriagado. Ele fugiu sem prestar socorro alegando que estava com medo da reação dos índios. O MPF considerou ainda que o transporte dos indígenas em um caminhão fornecido pela Prefeitura de Goiatins desrespeita as normas de trânsito.

De acordo com o órgão, a procuradora realiza nesta sexta-feira, 18, visita ao local do acidente, ao local de realização da feira de sementes e à aldeia Nova, onde residem os familiares dos indígenas acidentados.

CONT.



O MPF pediu ao delegado de Polícia Civil de Goiatins, Marco Aurélio Barbosa Lima, uma cópia integral do inquérito policial instaurado para apurar os fatos e a conduta do motorista do caminhão. Também foi solicitado ao coordenador técnico local da Funai em Itacajá, Francisco Hujnõ Krahô, que informe se foi pedido ao Município de Itacajá o caminhão que transportava os indígenas, encaminhando cópia do ofício endereçado ao município.

A procuradora oficiou ainda a prefeita de Itacajá, Maria Aparecida Lima Rocha Costa, requisitando a cópia do CRLV (Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos) do caminhão, a qualificação e documentos pessoais do motorista e qual vínculo que ele tinha com o poder público.

O Ministério Público Federal quer saber também autorizou a utilização do veículo para o transporte de indígenas e a pedido de quem. Na autuação, o MPF destaca que caso o veículo não seja de propriedade do município, deve ser remetida cópia do contrato de transporte e documentação atinente ao veículo. Todas as informações devem ser prestadas no prazo de 48 horas a cinco dias.

Acidente

O caminhão transportava 82 indígenas krahô da aldeia Nova quando capotou em estrada rural entre os municípios de Barra do Ouro e Itacajá, deixando três mortos e 56 feridos enquanto se dirigia ao local de realização da 9ª Feira de Sementes da Etinia Krahô, na Kapey (local de convergência de todas as aldeias krahô da terra indígena localizada nos municípios de Itacajá e Goiatins).

De acordo com o MPF, o acidente, ainda no primeiro dia de realização da feira de sementes, causou grande comoção entre os participantes que chegaram a cogitar a interrupção do evento. Após deliberação dos índios, que adiaram os rituais fúnebres, a feira continuou após o luto respeitado no dia seguinte ao acidente.

Julgamento decisivo para Terras Indígenas acontece na próxima quarta, no STF
SÍTIO ENVOLVERDE, 18.10.2013



Índios manifestam-se em defesa da demarcação da TI Raposa Serra do Sol, em frente ao STF, em 2008. Foto: Gil Ferreira/STF

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, determinou, ontem (17/1), que seja realizado na próxima quarta (23/10) o julgamento dos embargos de declaração apresentados à decisão da corte de 2009, que reconheceu a constitucionalidade da demarcação em área contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (RR), estabelecendo 19 "condicionantes" a ela.

Barbosa atende, assim, com grande sentido de urgência, à solicitação protocolada pelos índios no dia 4/10, durante as manifestações da Mobilização Nacional Indígena, para a apreciação desses recursos, que pretendem dirimir dúvidas sobre as condicionantes. No sábado (12/10), o ministro Luís Roberto Barroso apresentara seu voto, como relator, sobre o caso (veja aqui).

O novo julgamento tem grande importância, não apenas pela relevância específica do caso em questão, mas também pelas implicações que poderá ter para o processo de demarcação das terras indígenas em geral. O alcance jurídico daquelas condicionantes deverá ser decidido, assim como sua formulação poderá ser revista. Além de novo relator, que substituiu o ex-ministro Ayres Brito no STF nesta função, outros dois ministros chegaram à corte após o julgamento de 2009.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 191/ 2013

Brasília, 21 de outubro de 2013.

A discussão do assunto no STF ocorrerá numa conjuntura de fortes ameaças aos direitos constitucionais dos índios, havendo várias proposições legislativas em tramitação no Congresso, por iniciativa da bancada ruralista e de outros segmentos adversos aos direitos indígenas. Também há paralisação deliberada das demarcações de terras e de outras políticas de interesse dos índios no âmbito do governo federal.

O ministro da Justiça alega esperar pela decisão do STF para dar curso a dezenas de processos de demarcação que estão engavetados. O destino da Portaria 303 da Advocacia-geral da União, que restringe vários direitos dos índios sobre suas terras e foi suspensa diante de fortes protestos, também depende da decisão do caso.

Nesse quadro de retrocesso no tratamento dos direitos indígenas tanto por parte do Legislativo quanto do Executivo, espera-se que o STF resgate a responsabilidade de tutela dos direitos indígenas, atribuído à União pela Constituição, quando o país comemora os 25 anos da sua promulgação.

* Publicado originalmente no site Instituto Socioambiental.
(Instituto Socioambiental)

NL: MP-PR faz exposição para indígenas sobre corrupção

SÍTIO NOTÍCIAS POLICIAIS, 18.10.2013



A Aldeia Indígena Rio das Cobras, em Nova Laranjeiras/PR, foi o cenário de uma palestra com o tema "A Arte da Corrupção e a Corrupção na Arte". O evento ocorreu na última quarta-feira (16/10). Ele foi promovido pela 1.ª Promotoria de Justiça do Ministério Público de Laranjeiras do Sul, dentro do Movimento Paraná Sem Corrupção.

À comunidade indígena reunida, a promotora de Justiça Priscila da Mata Cavalcante apresentou as formas como a corrupção é retratada na arte. Também sugeriu maneiras para abordar o tema na área da educação, saúde e assistência social, especialmente utilizando-se de uma abordagem criativa.

Na exposição, ela discorreu ainda sobre assuntos gerais, como o significado da corrupção; os conceitos de democracia e república, frente à Constituição de 1988; a importância da construção de uma cultura cidadã, com participação de todos, inclusive da futura geração de liderança na aldeia; o valor do voto na comunidade; a importância da denúncia dos atos de corrupção e da fiscalização dos poderes públicos. A promotora explicou ainda o que é o Movimento Paraná Sem Corrupção e o papel do Ministério Público no movimento.

O cacique da aldeia, Sebastião Kaeira Tavares, participou da palestra e fez algumas ponderações acerca das necessidades dos indígenas. Também traduziu parte das reflexões na linguagem kaingang. Prestigiaram o encontro: representantes da prefeitura, da câmara municipal da cidade, diretores, professores e estudantes do ensino médio da aldeia indígena.



Boletim de Notícias - Edição nº 191/ 2013

Brasília, 21 de outubro de 2013.

Carta final da II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável – Brasília/DF

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.10.2013



Nós povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, delegados e delegadas, convidados e convidadas, participantes da II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, ocorrido entre os dias 14 e 17 de outubro de 2013, em nome de nossos povos, vimos em público reivindicar da Vossa Excelência Senhora Presidente Dilma Russef e Senhor Ministro Pepe Vargas a garantia e seguridade do acesso à terra e aos bens naturais, tendo em vista que a não regularização das terras indígenas, quilombolas e de povos e comunidades tradicionais, implica drasticamente na manutenção destes territórios às gerações presentes e futuras, aqui representados pela juventude, assim considerando os anseios de nossos povos.

É irônico discutir desenvolvimento rural quando não se tem a regularização dos territórios historicamente ocupados. O Estado Brasileiro deve garantir que as Políticas Públicas possam respeitar a diversidade étnica, cultural e regionais deste país, visto que somos sim povos que tem uma ligação intrínseca de respeito com a terra e com a natureza e pela produção de alimentos saudáveis dentro da agroecologia.

Por isso, é de suma e vital importância o arquivamento imediato da Portaria 303/2012, da PL 1610/96, da PEC 215/00 e da PLP 227/2012, da ADIN 3239/04, todas contrárias aos direitos dos povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais e demais segmentos sociais que aqui se encontram devidamente representados. Somos parte da história deste país. Fazemos parte da população economicamente ativa.

CONT.



Ressaltamos que não somos contra o progresso, pois o Brasil deve e precisa pensar na soberania nacional. Entretanto, é preciso pensar sem violar os direitos fundamentais e a segurança dessas populações que são colocadas à margem, e, portanto, dizimadas de suas terras tradicionais e alocadas em terras muitas vezes improdutivas. É preciso considerar que este é um espaço de discussão e construção de políticas públicas inclusivas que contemplem a todos e por isso estamos aqui. Pois aqui não é e nem deve ser um espaço eleitoral pensando nas eleições do ano que vem.

Nesse sentido, encaminhamos nossos pleitos:

- Regularização de todas as Terras Indígenas e Quilombolas no país;
- Que o MDA crie uma Secretaria Nacional Específica de Assistência Técnica e Extensão rural para os povos indígenas, garantido recursos financeiros, contratação de agrônomos e técnicos indígenas, capacitação e qualificação dos profissionais, com metodologias adequadas à realidade desses povos;
- Que o MDA crie programa específico de fomento, crédito, para agricultores/as, pescadores/as, indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais que atenda às especificidades regionais, territoriais de cada povo e que seja levado em consideração o custo real de cada área e região existente nos Estados e Municípios;
- Que o MDA crie um programa específico de reconhecimento dos Sistemas Tradicionais de Produção e de produtos artesanais indígenas, quilombolas e de povos e comunidades tradicionais, junto o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Que o MDA autorize os Estados e Municípios, por meio de seus órgãos e de assistência técnica, emitam DAPs para os produtores indígenas e DAPs Quilombola;
- Que as políticas de desenvolvimento rural potencializem e melhorem a soberania alimentar dos povos indígenas de acordo com a produção local;
- Que a Política de ATER leve em consideração a saúde indígena, incentivando a produção de acordo com a soberania alimentar e nutricional desses povos;
- Sistema de Economia Familiar Indígena: Reconhecer e valorizar os produtos indígenas;
- Que o Ministério do Desenvolvimento Agrário regulamente a ATER Indígena e ATER Quilombola e povos e comunidades tradicionais (Regulamentação e implementação das ATER);
- Que seja institucionalizada a Comissão Nacional de Política Indigenista para Conselho Nacional de Política Indigenista – CNPI;

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 191/ 2013

Brasília, 21 de outubro de 2013.

-
- Que seja criada de imediato a Diretoria de Regularização Fundiária dos territórios quilombolas, com orçamento, recursos humanos e infraestrutura compatíveis com as atribuições da função no âmbito do MDA/INCRA.

Com essas propostas implementadas estaremos no caminho para de fato uma Política de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do nosso país.



Boletim de Notícias - Edição nº 191/ 2013

Brasília, 21 de outubro de 2013.

Brasília recebe fórum de povos indígenas

SÍTIO PORTAL BRASIL, 18.10.2013

Cerca de 40 crianças e adolescentes Guarani Kaiowás participam de encontro no Distrito Federal

O Fórum "Direitos e Cidadania na Visão de Crianças e Adolescentes Guarani Kaiowá" será realizado em Brasília, no dia 22 de outubro, no auditório Freitas Nobre, da Câmara dos Deputados, das 9h às 12h30.

O evento é fruto da parceria entre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e a Organização Não Governamental Imagem da Vida.

Participam do encontro, cerca de 40 crianças e adolescentes Guarani Kaiowás, oriundas das aldeias de Panambizinho, Tey Kue, Kurusu Ambá, Ipoy e Guaiviry.

Na ocasião, os adolescentes apresentam suas demandas e direitos aos representantes do poder público presentes, com o intuito contribuir para a formulação de políticas públicas que contemplem suas necessidades.

Fonte:

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Quilombolas incrementam produção de açaí

SÍTIO BRASIL DE FATO, 18.10.2013



Manejo da cultura garante segurança alimentar e renda para famílias, em meio à ausência de políticas públicas na Comunidade Quilombola do Espírito Santo

A Amazônia é um mundo de águas. No Porto da Palha, em Belém, um canto dele, o rio Guamá se impõe. O chão é tomado de folhas de bananeiras e cestos de açaí enfeitam o cenário. O local é um dos pontos de venda do produto mais consumido na capital do Pará. Conforme o dia avança, mais barcos chegam carregados do fruto em 'basquetas', caixote pesado de plástico, similar a um engradado.

O porto é pequeno para a quantidade de barcos, rabetas e canoas que atracam ali. Quem chega cedo consegue ancorar a embarcação próximo da ponte de madeira para descarregar os produtos e o desembarque dos ribeirinhos, moradores das comunidades próximas ao longo do rio. Há uma variedade de embarcações de diferentes tamanhos que configuram a paisagem do local, repleto de lixo.

Na outra margem do rio, distante dali, existe uma comunidade que luta por sua sobrevivência. Na data em que se comemora o Dia Internacional de Combate à Pobreza (17), a Comunidade Quilombola do Espírito Santo dá exemplo de que com a manutenção da floresta em pé se consegue o direito à segurança alimentar, apesar da ausência de políticas públicas. Na comunidade não há saneamento básico, água potável e energia elétrica.

CONT.



Espírito Santo

Localizada na zona rural do município de Acará, a região é conhecida como Baixo Acará. No território moram em torno de 19 famílias em uma área de 167 hectares. O acesso à comunidade pode ser tanto via fluvial quanto terrestre. De barco, a viagem dura cerca de uma a duas horas até a comunidade quilombola de Itacoã, após isso mais 5 quilômetros por estrada de chão batido. Espírito Santo fica a 130 Km distante da cidade do Acará. indo pela Alça Viária a comunidade fica no Km 24.

Mesmo enfrentado dificuldades com a ausência de políticas públicas, a Associação de Moradores e Agricultores da Comunidade Quilombola do Espírito Santo conseguiu executar o projeto de Manejo de Açaí Autossustentável Coletivo Consorciado, com o apoio da Malungu – Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará – e do Fundo Dema.

O fundo é resultado de um processo bem sucedido entre Ministério Público, governo brasileiro e sociedade civil organizada. Ele foi criado para fortalecer e apoiar projetos de movimentos sociais, associações e comunidades para atender aos povos da floresta. Este ano, o Fundo Dema completa 10 anos de luta e resistência por justiça ambiental na Amazônia.

A presença do negro no Pará se registra no clássico livro "O negro no Pará", do autor paraense Vicente Salles, importante obra de revisão em documentos oficiais e jornalísticos datados dos séculos XVII a XIX. A região Guajarina, onde se localiza a comunidade do Espírito Santo, teve grande concentração de mocambos ao longo dos Rios Moju, Capim e Acará.

Os dados apresentados pela Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) durante o III Encontro dos Quilombolas do Pará informam que o estado do Pará lidera o ranking nacional na titulação de territórios quilombolas. Das 193 comunidades quilombolas de todo o Brasil que já receberam títulos de propriedades da terra, 118 estavam no Pará até agosto deste ano, ou seja, mais de 60%. O Fundo Dema contribuiu para se chegar a esse número. Em 2010, a Malungu lançou a Campanha pela Legalização dos Territórios Quilombolas com o apoio do fundo. Entre os anos de 2010 e 2012 receberam títulos de terras 11 comunidades. Até outubro deste ano, já foram 8 áreas tituladas e legalizadas.

O número apresentado tende aumentar. A comunidade do Espírito Santo ainda não recebeu a titulação do território, prevista para próximo mês. A titulação das terras quilombolas garante o direito ao trabalho, a preservação de seus costumes e a cultura, além de garantir segurança alimentar as populações tradicionais. A insegurança alimentar está diretamente ligada com a situação de conflito e exclusão do homem no campo.

Carvão

Antes do projeto, a principal atividade de sobrevivência das famílias era o plantio da mandioca e queima da madeira para a produção de carvão. É o que conta Paulo Araújo, morador da comunidade e atual Diretor do Departamento de Promoção da Igualdade Racial do município.

CONT.



“O carvão predominava na comunidade, a maioria das famílias se mantinham da venda do carvão, duas não realizavam a atividade, que era o meu caso. Para nós, era um martírio ver as pessoas nessa atividade, além de afetar a natureza é desumana a condição de trabalho no qual o agricultor se encontrava”.

Sem recursos para investir no manejo do açaí, eles não tinham condições para comprar os equipamentos necessários para realizar a manutenção e a limpeza da área do plantio. O projeto transformou ambientalmente e socialmente a realidade da comunidade. Promoveu o manejo sustentável, baseado em práticas agroecológicas, ou seja, na manutenção e preservação da floresta em pé, sem uso de agrotóxicos ou práticas danosas ao solo, contribuindo assim para a redução do desmatamento e por consequência a recuperando de áreas degradadas.

Resultados

Após três anos, a avaliação sobre a iniciativa é positiva. “A gente percebe nas nossas próprias crianças elas estão mais alegres, tem mais vigor”, destaca Paulo. O projeto foi iniciado em 2010 e alcançou o objetivo: garantir segurança alimentar e aumento na renda dos quilombolas contribuindo para uma melhor qualidade de vida dos moradores.

Apesar da grande maioria das famílias na comunidade não dependerem mais da produção do carvão, ao longo da estrada ainda se podia ver alguns moradores, que residem fora da comunidade, realizando o desmate e queima da floresta para a produção do carvão.

Com o projeto, além de proporcionar a compra dos equipamentos, foi possível construir um barracão para que a comunidade pudesse se reunir de forma mais digna. De acordo com o presidente da Associação de Moradores e Agricultores Quilombolas da Comunidade do Espírito Santo, Maciel Seabra, durante a construção do espaço todos se uniram, homens e mulheres, idosos e crianças. Atualmente o barracão abriga a escola de alfabetização dos meninos e meninas do Espírito Santo.

O fortalecimento dos laços é um dos resultados conquistados. Com o aumento da renda da produção do açaí algumas famílias puderam construir casas de alvenaria. Maciel compara a média de produção do fruto com a quantidade de latas de açaí. A comunidade produzia o açaí, mas não de forma intensiva. Ele conta que antes o barco da associação levava uma média de dez a quinze latas por semana, após a execução do projeto houveram viagens em que se levou cerca de 100 a 118 latas de açaí para vender no Porto da Palha.

Mas para a senhora Maria José Brito, mais conhecida como Leda, o maior benefício foi o agricultor do Espírito Santo perceber o valor do trabalho que realiza, e conclui. “Houve uma mudança de paisagem muito boa, um resgate maior do nosso enxergar, de que a zona rural é o nosso lugar. A gente pode fazer disso aqui algo que seja perfeito para morar e criar nossos filhos, enviá-los para estudar e que depois eles entendam que aqui é o local deles viverem, produzirem e trabalharem em prol dessa comunidade”.

Foto: Lilian Campelo



Indígenas dizem que passam fome em Campos Novos

SÍTIO FOLHA WEB, 18.10.2013

Um grupo de aproximadamente 40 indígenas da comunidade Catrimani, localizada no município de Caracaraí, sul do Estado, estão perambulando pela região de Campos Novos, em Iracema. Os índios se queixam da falta de alimentos, assistência nas áreas de Saúde e Educação. Essa é a terceira vez que os índios protestam na localidade.

Em Campos Novos, eles se alojam em locais públicos. Para se alimentar, pegam produtos em comércios e casas. Diante desta situação, o vereador de Iracema, Atevaldo Andrade, decidiu trazê-los para a Capital e pedir providências da Funai (Fundação Nacional do Índio). "Eles estão passando necessidade. Queremos que a Funai resolva o problema desses índios. Em Campos Novos eles estão furtando comércios, ingerindo bebida alcoólica e se envolvendo em briga", disse o vereador.

Ao chegarem a Boa Vista nesta manhã, 18, uma equipe da Funai deixou os indígenas em uma sala e depois de alguns minutos eles embarcaram num ônibus, deixando o prédio. Conforme informações colhidas no local, eles foram mandados de volta para a comunidade.

A equipe da Folha foi até o prédio da Funai para falar com o coordenador regional do órgão, mas foi informado que ele está viajando, bem como o substituto.

A comerciante Zanaide Albino (40) disse que foi agredida por um indígena que queria bebida alcoólica. O grupo está acampado há 15 dias em um prédio público que fica ao lado do restaurante dela.

"Eles querem comida e bebida alcoólica. Teve um dia que eles chegaram ao meu restaurante pedido bebida e eu disse que não iria dar. Foi quando um deles, que já estava bêbado, me empurrou e depois me ameaçou e me deu uma tapa", contou.

Ela relatou que além da agressão, os índios quebraram alguns objetos e aparelhos eletrônicos do restaurante. "Tive que me refugiar na casa de parente. Desde então estou sem trabalhar. Isso está gerando prejuízo de quase R\$ 4 mil", comentou a comerciante.



Um ônibus foi usado para levar os indígenas de volta para a comunidade



Nota do Ministério Público Federal no Estado do Acre à sociedade

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.10.2013

O Ministério Público Federal no Estado do Acre (MPF/AC) vem a público alertar para a importância do papel desempenhado pela Fundação Nacional do Índio (Funai) como órgão do governo federal com atribuição para coordenar e fiscalizar a política indigenista. Os índios têm o direito de escolher como vão desenvolver sua cultura e suas tradições, e a Funai, para garantir esse direito, deve regular a permanência de não-índios em terras indígenas.

As populações indígenas tiveram especial tratamento da Constituição da República, pactuada democraticamente em 1988 pelo povo brasileiro. Na Constituição ficou gravada, ainda, a proteção à diversidade e ao patrimônio cultural nacional, no qual está inserida – e do qual é parte essencial – a cultura indígena.

Os indígenas têm garantido, pelo texto constitucional e pela convenção OIT nº 169, o direito de escolha dos meios pelos quais se desenvolverão, devendo ser preservada a autonomia nas suas escolhas. Cabe à FUNAI, nos termos da Lei nº 5.371/67, proteger tal autonomia, regulando, dentre outros, a presença de não-índios em terras indígenas.

Com relação à presença de missionários em terras indígenas kaxinawás, o Ministério Público Federal instaurou procedimento para colher mais informações acerca da atuação da Funai no desempenho de suas atribuições.

O MPF ressalta, ainda, que eventuais questionamentos acerca da atuação da Funai devem se dar na esfera federal, nos termos do art. 109, incisos I e IX, da Constituição da República. Nesses casos haverá intervenção do MPF, conforme previsão do art. 129, inciso V, da Carta, e conforme o art. 6º, inciso VII, alínea “c”, da LC 75/93.

Indígenas passam a integrar quadro de instrutores do Senar/MS

SÍTIO AMAMBAI NOTÍCIAS, 18.10.2013



O quadro de instrutores do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar/MS - Sistema Famasul) ganhou recentemente o reforço de 20 novos instrutores. O diferencial do resultado deste processo seletivo é que três indígenas da etnia Terena estão entre os selecionados e agora podem ministrar os cursos oferecidos pelo Senar aos produtores rurais do Estado, inclusive os oferecidos pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Entre os aprovados, está o técnico em horticultura, Joãozinho da Silva, que soube da seleção através de jornais e decidiu se inscrever sem sequer contar o fato na aldeia Ipegue, em Aquidauana, onde reside. "Quando fiquei sabendo, decidi participar, mas não comentei com ninguém. Sempre admirei o trabalho do Senar, por colaborar com o crescimento de quem trabalha no campo. Agora, vou utilizar o que aprendi nesta capacitação para levar conhecimento à minha comunidade e colaborar para aumentar a profissionalização. O que aprendi aqui foi muito além do esperado", ressalta o novo instrutor.

Da aldeia Taboquinha, em Nioaque, os primos Wesley Marques da Silva e Luiz Ângelo Marques da Silva, também foram selecionados. Ambos são técnicos agrícolas e souberam do processo seletivo durante uma capacitação do Senar que está ocorrendo na aldeia. "Na nossa comunidade há muita vontade de aprender e a expectativa de todos é muito grande. Vamos atuar em todo o Estado, mas nosso maior desejo é levar conhecimento às aldeias e levar a todos esses novos conhecimentos que aprende os aqui. Estão todos muito ansiosos e também felizes porque o Senar já levou cursos para a aldeia e os resultados são ótimos", revela Wesley Marques da Silva.

Esta é uma nova fase, onde as capacitações chegarão com maior penetração nas aldeias e áreas indígenas do Estado, aliando o trabalho de capacitação e qualificação profissional, desenvolvido pelo Senar, com o respeito e manutenção da cultura, costumes e realidade das aldeias. A também indígena Tainá Terena já faz parte do quadro de instrutores da entidade. Ela foi qualificada em processo seletivo anterior.

Durante a capacitação da última semana, os novos instrutores receberam 40 horas de treinamento, onde eles conheceram a atuação do Senar, importância do trabalho realizado e acima de tudo, a importância da humanização no contato com os futuros alunos, como detalha o instrutor do Senar Central, Ricardo Marin. " Eles aprenderam aqui, entre outras coisas, como

CONT.



deve ser a atuação do educador no campo. Esta é uma das etapas mais importantes do processo".

Para a coordenadora da Unidade Educacional do Senar/MS, Maria do Rosário de Almeida, a capilaridade dos cursos desenvolvidos pela instituição só é possível graças à atuação positiva dos instrutores. "Vamos até o aluno e isso acontece graças à dedicação e atuação profissional dos nossos instrutores", destaca.

Indígenas - Em 2013, o Senar investiu na qualificação profissional indígena, com a realização de cursos de horticultor orgânico e produtor de mandioca, realizados através do Pronatec, em três aldeias de Aquidauana, onde os participantes apresentaram satisfação com o resultado. Estas turmas receberam os certificados no dia 24 de setembro. Em setembro e outubro, novas capacitações tiveram início em aldeias de Nioaque e Juti e para o próximo ano estão previstas mais três diferentes capacitações nas aldeias do Estado.



Tradição e conhecimento medicinal indígena são tema de reunião da UEA

SÍTIO UNIVERSIDADE DO ESTADOS DO AMAZONAS, 18.10.2013

Reunião que aconteceu na manhã desta quinta-feira (17) tratou sobre a tradição de aldeias indígenas no tratamento medicinal. O encontro aconteceu na Escola Superior de Ciências da Saúde (ESA), com o tema "Do Conhecimento Tradicional ao Científico", sendo transmitido via videoconferência para a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Cinco estudantes indígenas do 1º período do curso de Medicina da UEA conduziram as apresentações, compartilhando o conhecimento e a tradição das aldeias em que pertencem das etnias de Tuiú, Apurinã, Saterê Mawé e Mura. Os principais pontos abordados nas apresentações foram os mitos, rituais, a medicina indígena, e as formas particulares de cada etnia de tratar seu povo.

"É importante participar desta reunião para estar mostrando e falando um pouco sobre a nossa história e cultura, que nem todos têm conhecimento. Essa iniciativa é muito interessante porque se adquire conhecimento mútuo de cinco etnias diferentes", comentou a aluna-palestrante, Thamisse Marinho Pinto, de 21 anos, da aldeia Mura.

Já para o professor de Medicina da UEA, João Bosco Lopes Botelho, que promoveu a reunião, o evento foi importante pelo debate. "Estou muito feliz pela realização desta reunião e entusiasmado porque agora o Brasil inteiro entendeu dessa excepcionalidade de ter cinco alunos indígenas em uma faculdade de Medicina", afirmou.

A reunião também contou com a participação da Médica e Antropóloga da Fiocruz, Luíza Gadelha. "Só conseguimos dar valor àquilo que conhecemos e a iniciativa de abrir essa temática e nos promover esse amplo conhecimento das etnias indígenas foi muito bem sucedida e já conta com uma forma de agradecimento", destacou a professora.

Por Daniela Cavalcante

Índios do Acre participam da IX Feira Krahô de Sementes Tradicionais
SÍTIO PÁGINA20.NET, 17.10.2013

Esse intercâmbio integra as atividades do projeto Kaxinawá, coordenado pela Embrapa Acre, em parceria com o governo do Estado



AGENTES agroflorestais indígenas do Estado levaram suas sementes para trocar com os outros 2,5 mil participantes do evento – Foto: Priscila Viudes

Quatro agentes agroflorestais indígenas do Acre participam da IX Feira Krahô de Sementes Tradicionais, no município de Itacajá (TO). O evento que começou na última segunda-feira, 14, termina hoje, e tem como objetivo desenvolver ações para aumentar a segurança alimentar nativa, pelo incentivo à conservação local das variedades agrícolas e promoção de capacitações nas áreas de agroecologia e artesanato.

Banê, Tene, Siã e Yube Kaxinawá saíram da Terra Indígena Kaxinawá de Nova Olinda, em Feijó, AC com sementes de cará, amendoim, patoá, açaí, jarina, paxiúba e vão voltar com novas espécies de fava, feijão, dentre outras sementes que foram trocadas na manhã desta quarta-feira, durante a programação da Feira.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 191/ 2013

Brasília, 21 de outubro de 2013.

Este intercâmbio integra as atividades do projeto Kaxinawá, coordenado pela Embrapa Acre em parceria com o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (Seaprof) além de outras instituições. Também participa da Feira, o coordenador da Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá, Haru Kuntanawa.

“Estou muito feliz de estar aqui e ver o povo indígena unido, valorizando a nossa ciência tradicional”, afirmou Banê Kaxinawá durante o seu discurso na abertura do evento. Ele também dividiu o palco com lideranças Krahô, Xerente, Guarani, Terena, Tembê, Kanela, Krikati, Pareci, Guajará, Kaipó, Tenharim, da comunidade quilombola Kalunga, Kuntanawá, dentre outros grupos étnicos que participam do encontro.

Para Getúlio Krahô, liderança do povo Krahô, é importante ver jovens como os agentes agroflorestais do Acre participando da Feira. “As nossas sementes tradicionais não estão no mercado, nem são transportadas por caminhões. Aqui na Feira de Sementes, a gente vê muitas etnias que trocam e levam sementes para todo o lado do Brasil. Estamos fazendo isso porque temos crianças para alimentar, plantamos para comer”, afirmou.

De acordo com Haru Kuntanawá, de Marechal Thaumaturgo (AC), são as sementes que garantem a identidade do povo indígena. “A Embrapa guarda as sementes nos laboratórios, o que é muito importante, mas nós conservamos essas sementes no campo, na floresta. A experiência que o Acre tem com os agentes agroflorestais indígenas preservou esse conhecimento até hoje”, disse.

Segundo a pesquisadora da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, Terezinha Dias, que é uma das coordenadoras do evento, as feiras de sementes estimulam a conservação das variedades agrícolas tradicionais, pela valorização do orgulho da herança cultural relacionada aos recursos genéticos. “Além de sementes tradicionais, as feiras possibilitam às etnias compartilhar também aspectos culturais, como festas, cantos, danças, comidas, pinturas corporais, artesanatos, tornando o evento uma grande confraternização”, explica.

O evento é organizado pela Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia (Brasília, DF), Fundação Nacional do Índio (Funai), Associação Kapèy – União das Aldeias Krahô, a Rede Ipantuw.

Sobre a Feira

A Feira Krahô de Sementes Tradicionais foi realizada pela primeira vez em 1997. Na última edição, em 2010, o evento reuniu cerca de 2.500 pessoas de 10 etnias. Este ano, mais de três mil indígenas, incluindo representantes das aldeias Krahô e de outras trinta etnias do Brasil e do exterior, além de pesquisadores e indigenistas participam do encontro.

Dell Pinheiro – dell.81@hotmail.com - Com informações Ascom Embrapa/AC

América Latina: 23,5 milhões de mulheres indígenas são afetadas por desigualdades étnicas e de gênero

SÍTIO PORTAL ÁFRICAS, 18.10.2013



Novo estudo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) afirma que existem mais de 670 povos indígenas reconhecidos pelos nove Estados analisados e que ao menos 23,5 milhões de mulheres são afetadas pelas desigualdades étnicas e de gênero.

O documento "Mulheres indígenas na América Latina: dinâmicas demográficas e sociais no âmbito dos direitos humanos" foi apresentado durante a XII Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, realizada até 18 outubro em Santo Domingo, República Dominicana.

O relatório avalia a situação das mulheres indígenas no Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Nicarágua, Panamá, Peru e Uruguai. O estudo indica que as mulheres indígenas têm capacidades e potencialidades para agir como agentes de mudança e geradoras de bem-estar e de desenvolvimento sustentável de seus povos, mas sofrem discriminações de caráter econômico, étnico, de classe e de gênero, que se manifestam em múltiplas vulnerabilidades.

A CEPAL pede que os países da região coloquem em prática políticas que busquem eliminar os fatores que determinam a situação da desigualdade na qual vivem as mulheres desse grupo, baseadas nos padrões dos direitos humanos e nos princípios acordados nas recentes conferências multilaterais sobre os povos indígenas. Para a Comissão, a garantia do exercício dos direitos individuais e coletivos das mulheres indígenas é indispensável para alcançar a igualdade que a região busca.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 191/ 2013

Brasília, 21 de outubro de 2013.

Embora tenha havido progressos no âmbito da educação – mais de 90% dos meninos e meninas indígenas de 6 a 11 anos vão à escola na maioria dos países da região – os avanços são insuficientes, afirma o relatório. Menos de 15% das jovens indígenas de 20 a 29 anos conseguiram terminar o nível escolar secundário em sete dos nove países analisados – o Brasil faz parte desses sete.

A perda do idioma original como resultado do processo de escolarização também é um aspecto central da problemática. O documento indica que a maternidade na adolescência (de 15 a 19 anos) continua sendo maior entre as jovens indígenas de todos os países analisados, com um patamar que vai de quase 12% no Uruguai a 31% no Panamá. O índice no Brasil é de 27%.



Boletim de Notícias - Edição nº 191/ 2013

Brasília, 21 de outubro de 2013.

Índios do Oiapoque recebem capacitação em conservação de acervos SÍTIO MUSEU DO ÍNDIO, 18.10.2013



Administradores do Museu Kuahí, representantes Palikur, Galibi, Galibi Marworno e Karipuna participam do treinamento

promovido, de 14 a 19 de outubro, pelo Instituto de Pesquisa e Formação Indígena-IEPÉ, com o apoio do Museu do Índio/FUNAI.

A parceria com os povos do Oiapoque (AP) começou em 2008, quando o Museu do Índio montou, no Kuahí, a exposição etnográfica "Jane Reko Mokasia: organização social Wajãpi". Desde então, várias atividades conjuntas foram desenvolvidas sendo esta a primeira que envolve a transmissão de informações técnicas sobre conservação de acervos culturais.

A museóloga e Coordenadora de Patrimônio Cultural do Museu do Índio, Dra. Ione Helena Pereira Couto, orienta as atividades. Segundo ela, o objetivo da oficina é oferecer para os servidores do Museu Kuahí conhecimentos básicos sobre mobiliário para guarda de acervos, controle climático para uma boa conservação, metodologia para documentação e criação de base de dados.

Quilombolas e indígenas reivindicam adaptação de Cadastro Ambiental Rural à sua realidade

SÍTIO INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 17.10.2013

Defesa de mudanças em sistema de cadastramento de propriedades está em documento encaminhado a autoridades e elaborado em seminário no Vale do Ribeira (SP) que discutiu aplicação de nova lei florestal



Oficina produziu documento das comunidades que busca aperfeiçoamento de cadastro | Renato Nestleher-ISA

Comunidades quilombolas e indígenas do Vale do Ribeira, no sul de São Paulo, querem que o Cadastro Ambiental Rural (CAR) seja adaptado às características de seus territórios. Elas cobram a inclusão no sistema de um campo específico para áreas protegidas de uso coletivo, a invalidação de registros de ocupantes irregulares de suas terras e o reconhecimento das práticas agrícolas tradicionais, como a roça de coivara, na regulamentação da nova lei florestal (Lei Federal 12.651/12), entre outros pontos.

As reivindicações estão em um documento encaminhado ao grupo interinstitucional criado pelo governo federal para discutir a nova lei em territórios quilombolas (leia o documento). Ministério de Meio Ambiente (MMA), Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo (SMA) e Instituto de Terras de São Paulo (Itesp), entre outros, irão recebê-lo.

O texto foi elaborado num seminário realizado pelo ISA, nos dias 7 e 8/10, em Eldorado (SP), para discutir a aplicação da nova lei em territórios de comunidades tradicionais. Quilombolas e indígenas também solicitaram reuniões com os órgãos estaduais envolvidos para discutir o assunto.

O CAR é um dos principais instrumentos para a aplicação da nova lei florestal. Ela determina que os Sistemas de Cadastro Ambiental Rural (Sicars) dos governos federal e estaduais

CONT.



comecem a funcionar até maio do ano que vem, mas sua implantação caminha a passos lentos.

Dúvidas e questões



Carolina Toffoli, da SMA, apresentou CAR paulista | Renato Nestleher-ISA

A ideia de produzir o documento surgiu com os questionamentos e dúvidas levantados pela simulação do cadastramento de um território quilombola da região realizada no seminário.

A primeira questão levantada foi a da classificação de domínio das áreas no CAR, que, hoje, só pode registrar “propriedades” e “posses”. Como muitos quilombos da região já foram reconhecidos pelo governo estadual, mas ainda não têm título registrado em cartório, o cadastramento é impossível. Por isso, os participantes sugeriram a criação de um campo específico no sistema para quilombos, terras indígenas e unidades de conservação (UCs) de uso coletivo.

“Terra de quilombo não é doação, é fruto de muita luta. Nossos ancestrais já viviam aqui. Não somos posseiros”, lembrou Benedito Alves dos Santos, o Ditão, do Quilombo de Ivaporunduva.

O cadastramento de ocupações de terceiros dentro dos territórios quilombolas reconhecidos, possível hoje, também foi questionado. Os participantes levantaram dúvidas sobre como essa informação irá aparecer no sistema e se essas áreas poderão ser incluídas na Reserva Legal (RL) do território.



Ditão, do Quilombo de Ivaporunduva, questionou classificação de áreas do CAR - Renato Nestleher-ISA

Segundo a SMA, responsável pelo CAR em São Paulo, depois do cadastramento das propriedades o órgão fará a validação do registro, quando casos de sobreposição serão avaliados e encaminhados.

Outra dúvida apontada é sobre a possibilidade de plantio das roças de coivara em RLs, consideradas como de baixo impacto ambiental. Os participantes defenderam que, em territórios tradicionais, a localização das reservas seja flexível, considerando o uso rotativo das áreas produtivas e de sua consequente regeneração, sem prejuízo ambiental.

A unanimidade no seminário foi de que quanto mais informações estiverem disponíveis no ato do cadastro mais fácil será efetuar-lo. Isto ficou claro durante a simulação de cadastro, onde o exemplo escolhido foi o Quilombo de São Pedro, comunidade que elaborou em conjunto com o

CONT.

ISA seu planejamento territorial (saiba mais), prevendo usos e ocupação territoriais até 2020.

Os participantes cobraram da SMA mais informações sobre o cronograma do cadastramento e quais órgãos serão responsáveis pela assistência técnica às comunidades. A lei prevê que o estado dê auxílio técnico para o cadastro de quilombolas e agricultores familiares. Segundo a SMA, o arranjo possível entre os órgãos de extensão rural em São Paulo para prestar o serviço ainda está sendo discutido.

Compensação de RL

Algumas lideranças também criticaram a forma de compensação de RL prevista na nova lei. Grandes produtores rurais estão tentando adquirir áreas no Vale do Ribeira, por causa de sua grande cobertura florestal, para compensar RLs com a criação de parques municipais.



Osvaldo dos Santos, do Quilombo de Porto Velho, defendeu valorização das comunidades que conservam a floresta | Renato Nestlehn-ISA

“Além de não recuperarem o passivo ambiental, ainda querem comprar terra a um preço baixo, desvalorizando as comunidades do Vale do Ribeira, que fizeram sua parte para a conservação da Mata Atlântica”, criticou Osvaldo dos Santos, do Quilombo de Porto Velho.

Segundo a nova lei, proprietários que não tenham mais RL podem compensá-la pagando por outras áreas de três formas: por servidão ambiental, onde o contrato é feito entre particulares; aquisição de cota de reserva ambiental, ação que deverá ser mediada pelo órgão estadual ambiental e que ainda não tem regulamentação; e compra de

imóvel localizado em UC, onde uma área ainda não desapropriada pelo órgão público pode ser adquirida. Em todos os casos, o imóvel continua sendo do proprietário original, que fica responsável por sua manutenção.

O seminário teve a participação de lideranças de 14 comunidades quilombolas e duas aldeias indígenas, além de representantes de órgãos públicos, organizações da sociedade civil e de instituições de pesquisa. Ele é parte do projeto de implementação do planejamento territorial apoiado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) e Tropical Forest Conservation Act (TFCA). O evento também contou com o apoio do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), em projeto que visa discutir estratégias para pagamento por serviços ambientais no Vale do Ribeira.



Procurador acusa governo de descaso com índios cinta larga

SÍTIO FOLHA DE S. PAULO, 18.10.2013

O ministro Gilberto Carvalho (Secretaria Geral da Presidência) foi vítima de constrangimento nesta sexta-feira (18) ao participar, no Senado, de audiência para discutir as condições de vida dos índios cinta larga. Ao lado do ministro, o procurador da República em Rondônia, Reginaldo Trindade, acusou o governo de não ter "vergonha na cara" e ser "opressor e omissor" ao deixar indígenas morrerem no Estado.

"O governo se faz surdo aos clamores. Os cinta larga não existem, resistem. É preciso dizê-lo sem rodeios, ministro. Se o governo do Brasil não tomar vergonha na cara, não tardará e o barril de pólvora explodirá de novo e muitos morrerão. Quantos índios terão que tombar para o Brasil reconhecer a questão cinta larga e mover suas ações à altura? Não se oprime um povo só com guerras e matanças", atacou.

Carvalho ouviu calado as palavras do procurador. Ao chegar sua vez de falar, o ministro disse discordar dos adjetivos usados por Trindade em relação ao governo. "Eu gostaria apenas de separar a adjetivação que o senhor faz. Algumas palavras que o senhor usa, opressor e tal, eu tenho discordância. Eu o desculpo pelo envolvimento emocional com a questão. Nesse governo não há nenhuma vontade opressora", rebateu.

O ministro disse que o governo não vai fazer a "escolha de Sofia" proposta pelo procurador de priorizar os cinta larga em detrimento de outras etnias indígenas do país. "Ser governo é ter a capacidade e a disposição de ouvir. Infelizmente, a escolha de Sofia que o senhor propõe, não podemos aceitar. Não podemos escolher apenas um povo. A situação dos guarani-kaiowá é pior ainda que do povo cinta larga. Também posso dizer isso dos Terena, que estão morrendo. Temos que enfrentar a questão indígena na sua totalidade."

Carvalho pediu desculpas, durante o debate, pelas mortes ocorridas no local onde vivem os cinta larga --depois de assistir vídeo levado pelo procurador que mostra sucessivas mortes de índios em confrontos com garimpeiros. "Vendo esse vídeo, não há como não sentir vergonha e pedir desculpas por uma civilização branca que quer se sobrepôr à outra massacrando. Nesse país com etnias diferenciadas, é um crime contra a humanidade tentar exterminar essa etnia", disse Carvalho.

O ministro afirmou que o governo trabalha para defender os índios e combater garimpos ilegais na região onde os cinta larga vivem, em Mato Grosso e Rondônia. "Como permitir que o povo cinta larga se desenvolva sem a presença do maldito garimpo ilegal em suas terras, levando em conta passado de muitos erros nossos, mas com a decisão de que vamos trabalhar essa questão."

CONT.



Carvalho prometeu levar as reivindicações do procurador à presidente Dilma Rousseff e ao ministro José Eduardo Cardozo (Justiça). Ele participou de audiência na Comissão de Agricultura do Senado, acompanhada por seis índios cinta larga e representantes da Funai (Fundação Nacional do Índio).

DEMARCAÇÃO

O ministro confirmou que, em até 15 dias, o Ministério da Justiça vai editar portaria que tira da Funai parte da responsabilidade pelo processo de demarcação de terras indígenas. Segundo Carvalho, a Funai vai continuar examinando os pedidos de demarcação, mas o governo terá liberdade para ouvir outros órgãos antes de dar sua decisão.

"A Funai continua sendo elemento central, mas outras áreas do governo e da sociedade poderão ser ouvidas antes da decisão final. É o ministro da Justiça que vai receber da Funai e dos outros órgãos o conjunto de informações que possam embasar de maneira mais segura a sua decisão", afirmou.

Atualmente, a demarcação é feita pela Funai, antes da palavra final do Planalto. A atuação do órgão é questionada tanto por ruralistas como por indígenas que protagonizam diversos embates nos últimos meses.

Os ruralistas querem tirar os poderes da fundação por acusá-la de fraudar laudos e inflar conflitos entre índios e produtores. Os indígenas também estão descontentes com o órgão e reclamam da demora nos processos de demarcação, mas algumas etnias defendem que a fundação continue com a prerrogativa de decidir sobre as demarcações.

Ação do MPF garante retomada da demarcação de terras indígenas em Palmeira
SÍTIO ROTA DO SERTÃO, 18.10.2013

Decisão liminar da Justiça Federal dá prazo de seis meses para concessão definitiva de 7 mil hectares ao povo Xukuru-Kariri no município



O Ministério Público Federal (MPF) em Alagoas obteve na quarta-feira (16) decisão liminar que da Justiça Federal que obriga a União e a Fundação Nacional do Índio (Funai) a concluírem o processo de demarcação dos 7 mil hectares das terras indígenas Xukuru-Kariri, em Palmeira dos Índios, num prazo de seis meses. O processo de demarcação vem se arrastando há quase 25 anos devido a constantes interrupções, demoras injustificadas e ingerências políticas em prol de setores ruralistas contrários à demarcação.

Após ter o pedido de tutela antecipada negado, a procuradora da República em Arapiraca, Polireda Medeiros reiterou o pedido da ação civil proposta em 2012, levando ao conhecimento da Justiça fatos novos que comprovam a deliberada paralisação do processo a pedido de representantes do legislativo federal, além de ilegalidades cometidas pela administração pública federal como a arbitrária suspensão do levantamento fundiário que era realizado por técnicos da Funai.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 191/ 2013

Brasília, 21 de outubro de 2013.

De acordo com a decisão do juiz da 8ª Vara Federal em Arapiraca, Antônio José de Carvalho, Funai e União Federal foram condenadas a finalizar em 60 dias a avaliação das benfeitorias existentes em todos os imóveis localizados nas terras indígenas. A posse definitiva das terras Xukur-Kariri deverá ser concedida aos indígenas em seis meses. Os pequenos produtores rurais que hoje estejam ocupando alguma área na terra indígena serão assentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), não sendo de forma alguma prejudicados com a demarcação.

Reforma - "Somos vítimas de um processo de Reforma Agrária que nunca chegou ao fim em nosso país. Diretamente, são alvos os índios, negros quilombolas e trabalhadores rurais sem terra. Por outro lado, toda sociedade padece na angústia de vermos problemas agrários sem definição. Assim, sem mais delongas, recomendo que o plano de Reforma Agrária possa priorizar os pequenos trabalhadores que atualmente ocupam a área indígena", diz o trecho final da decisão do juiz Antônio José de Carvalho.

Atraso recorde - De acordo com o MPF, a demarcação de terras indígenas em Palmeira dos Índios já pode ser considerada a segunda de maior demora por parte da Funai, atrás apenas da Raposa Serra do Sol, em Roraima, cujo processo já foi finalizado. Mas a questão envolvendo o território e direito à tradicionalidade dos Xukuru-Kariri remonta aos anos 50 do século passado. Caso a Justiça decida a favor do MPF, a União e a Funai também terão que pagar R\$ 125,6 milhões por danos materiais e morais coletivos aos Xukuru-Kariri.

Fonte: Assessoria

Crédito Foto: Internet